

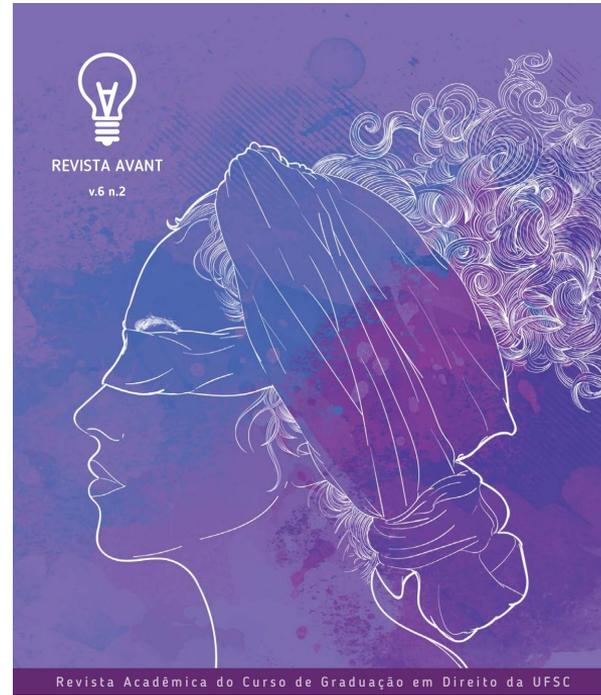
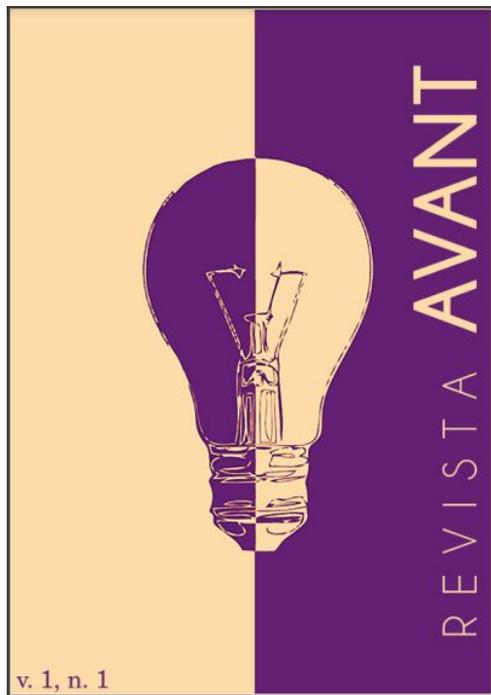


REVISTA AVANT

O que é a AVANT? Qual é o seu propósito?

- A **Revista Avant** é uma publicação independente concebida pelos alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;
 - A Revista possui um perfil interdisciplinar e aberto, cujos principais objetivos são **fomentar a pesquisa no âmbito da graduação e estimular o debate acadêmico** sobre os temas de maior relevância no cenário jurídico da atualidade;
 - Acesso público e gratuito pelo Repositório UFSC, possuindo cerca de 2 edições por ano.
- [Site da revista](#) e [Instagram](#)

A nossa história

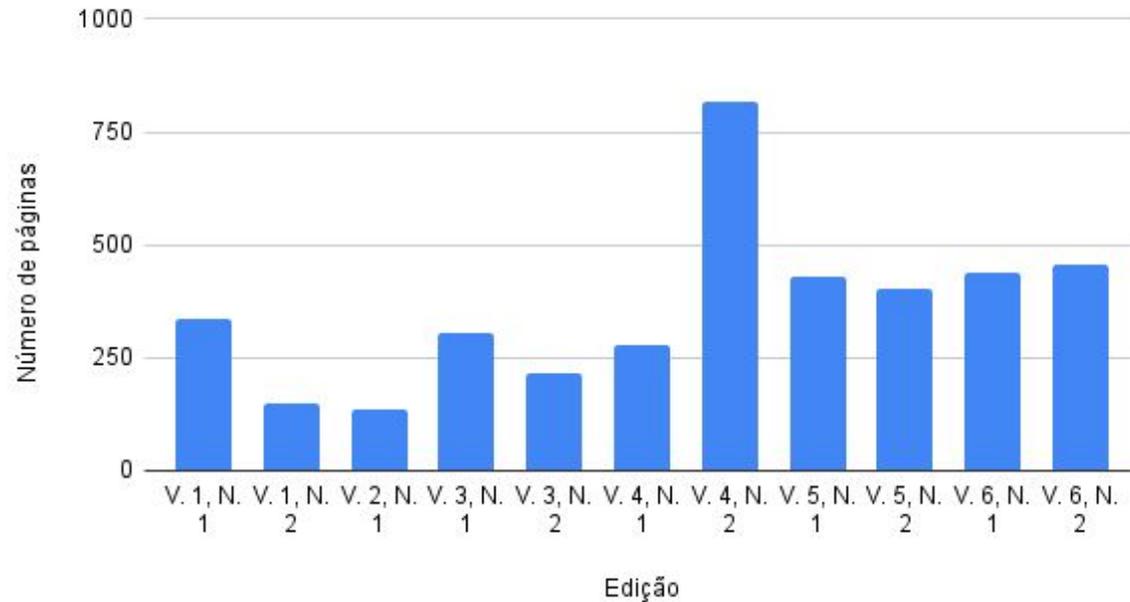


De onde são os autores que já publicaram na AVANT?



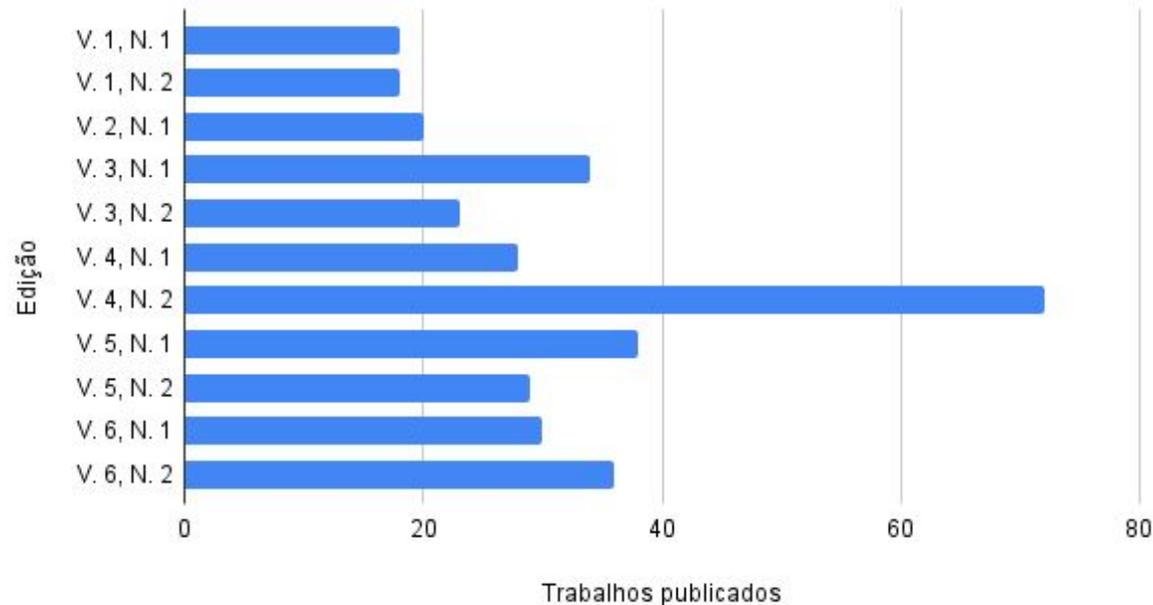
As edições da Revista Avant ao longo dos anos

Número de páginas por Edição

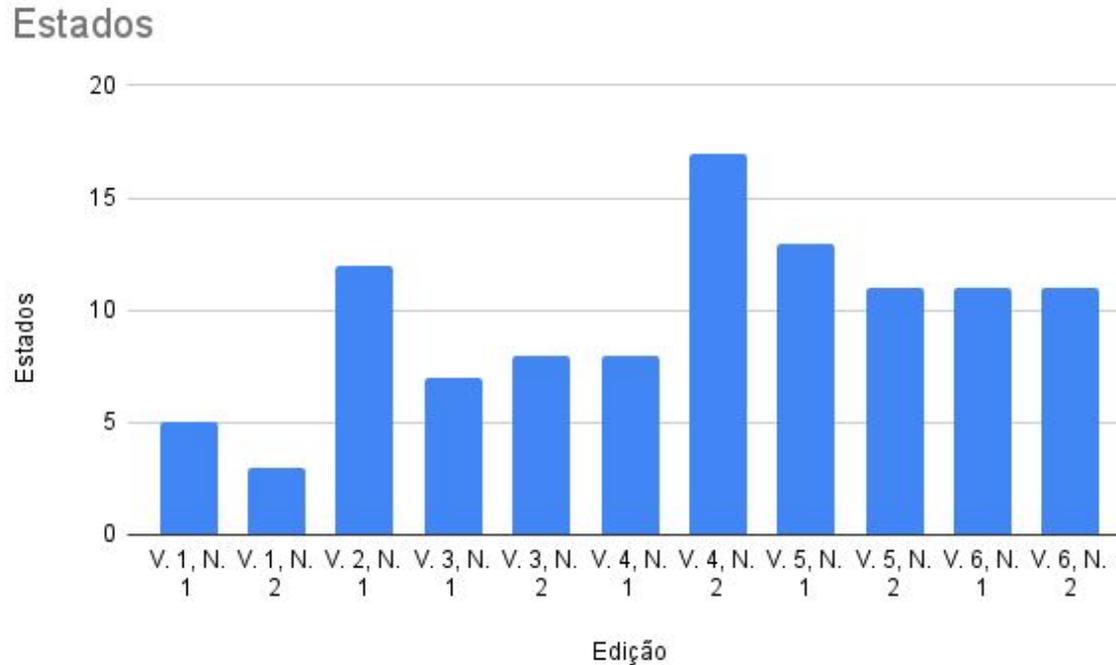


As edições da Revista Avant ao longo dos anos

Trabalhos publicados por Edição

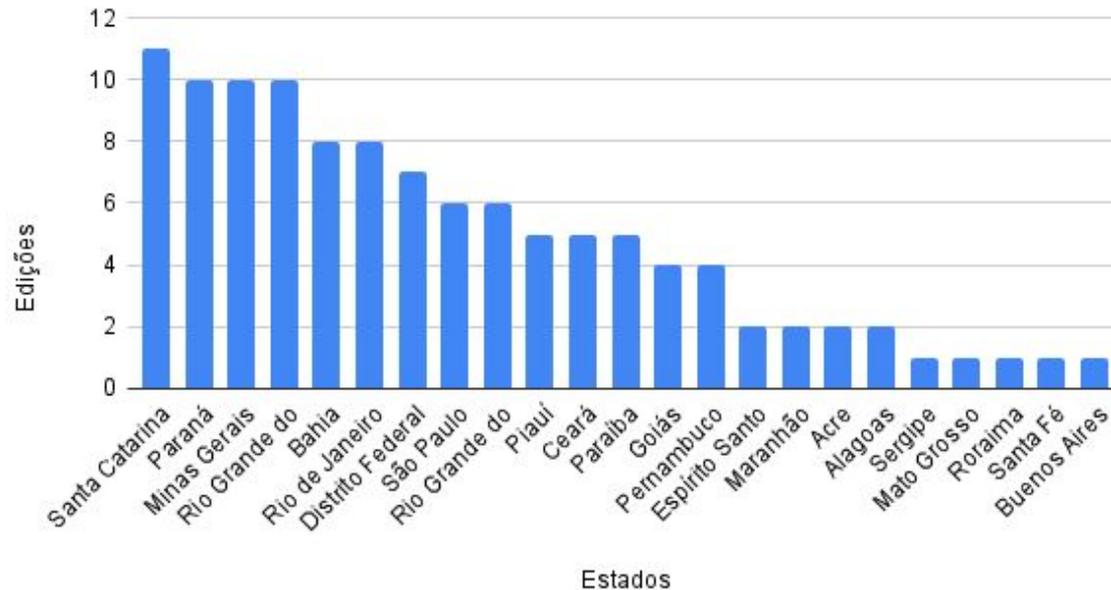


As edições da Revista Avant ao longo dos anos



As edições da Revista Avant ao longo dos anos

Estados presentes nas edições



Taxa de conversão em publicação

- Análise das últimas três edições (2021-2022):
 - **V. 6, N. 2:** 58 trabalhos recebidos X 36 publicados → 62%
 - **V. 6, N. 1:** 37 trabalhos recebidos X 30 publicados → 81%
 - **V. 5, N. 2:** 45 trabalhos recebidos X 29 publicados → 64%
 - Em média → 69%

Quais trabalhos aceitamos?

- Possuímos três seções: Acadêmica, Cultural e Práticas Jurídicas.
 - **Acadêmica:** artigos científicos, resumos de monografias, resumos críticos de livro acadêmico, estudos de casos e críticas à jurisprudência;
 - **Cultural:** resenhas de filmes ou obras literárias, poemas, prosas, charges, desenhos e fotografias;
 - **Práticas jurídicas e universitárias:** comunicações de Práticas de Pesquisa ou de Extensão e Exposições de Práticas realizadas em Núcleos de Prática Jurídica;
 - Temas que se relacionem com o **Direito.**

Ok... Mas e como funciona?

- Composição/Papéis
- Envia-se o trabalho
- Respeito ao edital e formatação
- Pareceristas (aos pares e às cegas)
- Eventuais correções
- Aprovação e publicação

Tá! Mas e como a Avant trabalha?

- Possuímos três grupos de trabalho (GTs):
 - Editoração
 - Incentivo à pesquisa (IAP)
 - Comunicação

Nossos projetos: minicursos

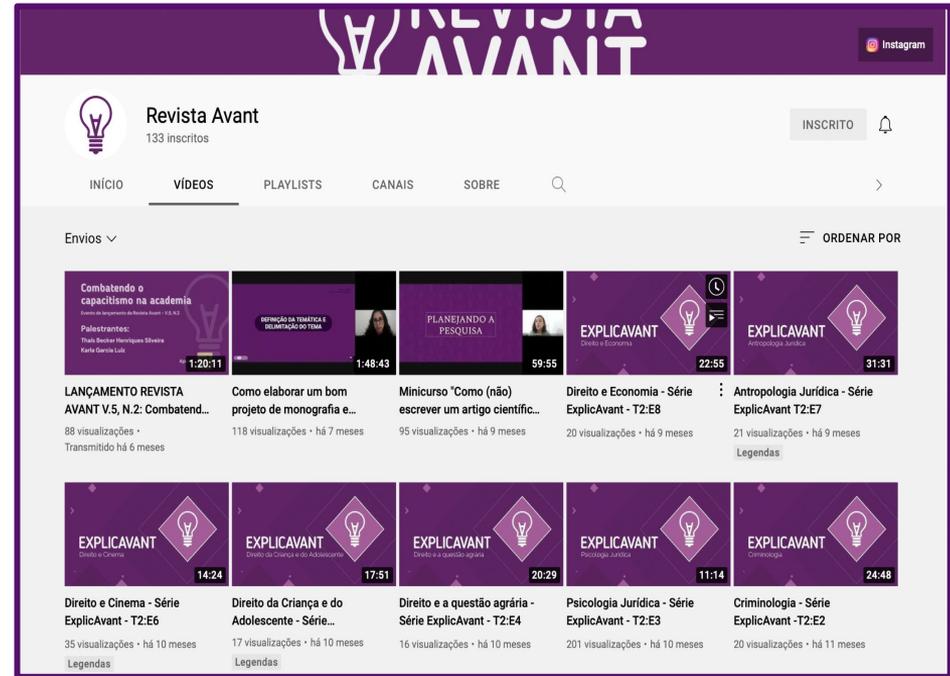
- Onde? Congresso de Direito UFSC, SEPEX (SEMANA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO), palestras online, eventos de lançamento, Explicavant, etc.

Exemplos:

- Planejando minha pesquisa: o que preciso para um bom projeto?
- Como (não) escrever um artigo científico no Direito?
- Como elaborar um bom projeto de monografia e trabalho de conclusão de curso?
- Instrumentalizando a pesquisa: ferramentas e dicas

Nossos projetos: temas abordados nos episódios do EXPLICAVENT

- Direito e Literatura
- Direito Ambiental
- Direito e Gênero
- Direito e Religião
- História do Direito
- Filosofia do Direito
- Direito e Psicanálise
- Sociologia Jurídica
- Direito Internacional
- Direito e Cinema
- ...



Nossos projetos: eventos (palestras e lançamentos)

- Os desafios da democracia na contemporaneidade
- Combatendo o Capacitismo na academia
- As universidades federais e o orçamento público
- *Fake news*: entre o negacionismo e a pós-verdade
- Descomplicando a LGPD
- Jornalismo e democracia: o papel da mídia para além das eleições de 2022
- ...

CATEGORIAS

Categorias

Cultural



Comunicação



Acadêmica



Categorias



- Resenhas de filmes ou obras literárias;
- Poemas e poesias;
- Prosas;
- Charges;
- Desenhos;
- Fotografias.



A SOCIEDADE DISTÓPICA DE GEORGE ORWELL: UM EXAME DO LIVRO “1984”

Camila de Sousa Nogueira*
Juliana de Sousa Nogueira dos Santos**
Felipe de Sousa Nogueira***

Orwell, George. 1984. Tradução de Sandro Ribeiro; Revisão técnica de Shirley Sodré. Ed. São Paulo: Pé da Letra, 2020.

A obra 1984, foi escrita pelo jornalista, ensaísta e romancista George Orwell, um pseudônimo do autor Eric Arthur Blair. O livro foi publicado em 1949 e no Brasil pela editora Edição Brasileira pela primeira vez no ano de 1955, ganhando várias publicações desde então. O livro utilizado na elaboração da resenha foi formulado pela editora Pé da Letra, trata-se de uma ficção científica distópica desenvolvida depois da Segunda Guerra Mundial, relembrando os governos totalitários surgidos durante esse período e os seus métodos como objetivo de controlar a sociedade.

O escritor, nasceu em Bengala, na Índia Inglesa, em 25 de junho de 1903, e passou por muitas influências ideológicas ao longo de sua vida, declarando-se socialista. Mas posteriormente ao perceber as atrocidades do regime que antes defendia, passou a ter aversão ao marxismo, logo após conviver com regime autoritário e conhecê-lo de perto. É a partir dessa nova visão, adquirida através da vivência,

*Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Paraiso - UNIFAP de Juazeiro do Norte, Ceará.
E-mail: camila.sousa@aluno.fapce.edu.br.

**Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Paraiso - UNIFAP de Juazeiro do Norte, Ceará.
E-mail: julianasousa@aluno.fapce.edu.br.

***Graduando em Direito pelo Centro Universitário Paraiso - UNIFAP de Juazeiro do Norte, Ceará.
E-mail: felipem047@aluno.fapce.edu.br.

Justificativa: A resenha crítica do livro George Orwell 1984, busca nos mostrar uma sociedade dominada pelo Estado Totalitário, assim, a obra levanta temas como liberdade de expressão, livre pensamento, direito de ir e vir entre outras questões. Nesse sentido, o livro possibilita a reflexão desta distopia na sociedade atual, realizando um paralelo com o contexto em que vivenciamos. Os livros mostram o perigo e a facilidade que as gerações possuem de cair no totalitarismo. Nesse sentido, o trabalho buscou no direito o papel central de garantir e fazer valer os valores constitucionais fundamentais, notadamente os de primeira geração. Trata-se de uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa, o procedimento adotado foi o estudo bibliográfico usando literatura, artigos e livros, baseando-se especificamente na publicação “1984”.

ENTRE O RISCO E O LIMITE: NOTAS SOBRE A SÉRIE DOCUMENTAL “POR UM RESPIRO”

Marcus Vinicius Martins da Silva*
Luís Felipe Lenz**
Davi da Silveira Seer***

POR UM RESPIRO: a primeira temporada completa. Dirigida por Susanna Lira. Produzida por Nuno Godolphim. Rio de Janeiro: Ocean Films, 2020. (165 min.).

Estreada em 27 de novembro de 2020 na plataforma Globoplay¹, a série documental *Por um Respiro*, produzida pela Ocean Films, narra histórias e memórias contundentes sobre a pandemia do novo coronavírus no Brasil. No momento em que o país ultrapassa a marca de 160 mil mortos pela Covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2), a série vem a calhar o retrato de um contexto intenso, desesperador e marcado pela linha tênue entre o risco e o limite.

Composta por seis episódios na primeira temporada, a série apresenta narrativas de sofrimento, dor, desesperança, medo e pânico no momento mais crítico da pandemia no Brasil. Os episódios – que possuem em média 30 minutos de duração – possibilitam que os espectadores conheçam vidas, relatos e histórias de profissionais de saúde e de pacientes acometidos pela doença. O cenário em que se passam todos os episódios da série é o Hospital Universitário Pedro Ernesto, conhecido como HUPE², localizado no Bairro Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro.

¹ Plataforma digital de entretenimento por assinatura.

² Inaugurado em 1950, o HUPE é vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica no INCT Brasil Plural/UFSC. E-mail: marcusmartinsbr@gmail.com.

**Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica no INCT Brasil Plural/UFSC. E-mail: oluislenz@gmail.com.

***Graduando em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica no INCT Brasil Plural/UFSC. E-mail: davi.seer@gmail.com.

Justificativa: Trabalho realizado no âmbito do projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” da Rede Covid-19 Humanidades - componente Santa Catarina, sob orientação das professoras Dr^{as}. Márcia Grisotti e Priscila Detoni.



POEMA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS (CORDEL JURÍDICO)

Francisco Neto de Araújo (In Memoriam)*

Sobre remédio constitucional
Eu vou aqui explicar
São cinco positivados
Que devemos nos atentar
À nossa Constituição
Pra amparar o cidadão
Resolveu isso criar

O HC vem em primeiro
Ele visa proteger
Qualquer medida restritiva
Ou abuso de poder
Ele garante ao cidadão
Direito à locomoção
Também de permanecer

O Habeas Datas é importante
Que assegura a informação
Relativo à sua pessoa
Sendo pública a repartição
Mas pra ele ser impetrado
Antes deve ser negado
A sua solicitação

O HC não resolvendo
Nem também o HD
O Mandado de Segurança
É o que tem pra se fazer
Seu direito é protegido
Não se sentirá coagido
Com o abuso de poder

Já o Mandado de Injunção
É bem melhor analisar
É um remédio específico
Que o cidadão pode impetrar
Ao saber que seu direito
Não está sendo perfeito
Pela ausência parlamentar

E por último ainda temos
Nossa Ação Popular
Que visa proteger
E também pode anular
Ato lesivo ao patrimônio
Num desaforo medonho
Quem vota pode impetrar

*Cursava o 3º semestre de Direito da Faculdade do Maciço de Baturité – FMB (Baturité/Ceará). Servidor público municipal cedido ao Fórum da Comarca de Itapiúna/CE. Conciliador do Fórum de Itapiúna/CE. E-mail (professor): felipe.pantelemecampes@unifi.it.

Justificativa: Eu, Felipe Pante Leme De Campos, sou professor de Direito e, dentre alguns excelentes alunos, tive o prazer de dividir a sala de aula com o Francisco Neto de Araújo (Neto). Foi, especificamente, seu professor de Direito Constitucional. Pois bem, quando eu os ensinei os remédios constitucionais, por iniciativa própria e segundo aos próprios méritos, o Neto me enviou esse arquivo ao qual ele intitulou de *Cordel Jurídico*. Fiquei muito surpreso e maravilhado com a criatividade e sugeri publicarmos em uma revista, e lembrei-me de você, por ter cursado o mestrado na UFSC. Ocorre que, pouco antes de concretizarmos o envio, infelizmente, o Neto veio a falecer, vítima da COVID-19. Exatamente na segunda-feira, dia 14/06/2021, pouco antes daquela que seria a sua aula. Sabendo de sua expressa vontade em ter seu trabalho publicado, enviei este seu cordel, como forma de homenagem-lhe.

REVISTA AVANT - V.5, N.2 - 2021

13

Atualizar o Windows
Acesse Configurações para ativar o Windows

POEMA

AUDIÊNCIA

Melissa Versari*

Meus olhos vêem através das paredes.

Balanço, pondo, me perco da lucidez.

Sobre toda a sanidade, me contesto:

Onde está a resposta certa?

Serei eu a decretar o fim de uma nova história?

Tudo bem, eu existo para o bem!

Mas não acho que me convém...

Olho pra ti com sangue nos olhos,

se oprimo a mim, a quem defendo com tanta glória?

Na corte eu escuto a força falar,

e a oposição se porta, ousa fechar.

De todos os casos que possibilitam vozes,
existem tantos outros que dessoam em acordes.

Não tire seu mérito pelos seus anos de esforço,

mas por favor, eu lhe peço,

abraçe todos aqueles que nos ouvem.

*Melissa Versari, graduanda da 7ª fase do curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: melversari@hotmail.com

Justificativa: Audiência surgiu através do olhar curioso de uma espectadora leiga que se atreviu questionar a ideologia presente em um momento de extrema pressão ética onde o indivíduo deve, de forma limpa e imparcial, seguir o "correto" perante as informações que são apresentadas. Diante de tantas linhas de coerência que vagam janelas afora, será que aquilo que foi ditado abrange justiça? Será que o olhar pungente daquele que decreta está afinado aos seus fins? E será que o suor daquele que defende ou acusa possui, de fato, o altruísmo necessário? Aqueles que dominam o poder, abraçam aqueles que precisam? E por essa linguagem metafórica que audiência se torna uma provocação. Não sou eu em poucas linhas que vou descrevê-lo, mas sim, cada um que o lê e se permite ir além.

REVISTA AVANT - V.6, N.1 - 2022

13

ISSN 2526-9879 - FLORIANÓPOLIS/SC



CHARGE



PARQUES EÓLICOS: ENERGIA LIMPA À PREÇO DE QUEM?

Geilza Carla Souza Vicente*
Heloisa Joaquim Mendes**



*Graduada da 10ª fase do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba.
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6476140739817058>. E-mail: geilzacarla2@gmail.com.

**Graduada da 10ª fase do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba.
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1385850596311715>. E-mail: heloisajoaquimmendes@gmail.com.

Justificativa: A charge satiriza o atual modelo de expansão da produção de energia eólica no Brasil, à luz da técnica cênica – adaptada – entre pai e filho na obra “O rei leão” da Walt Disney. Trata-se de crítica à apropriação em massa de terras por meio do arrendamento rural, que além de causar impactos previdenciários e socioambientais, tem gerado instabilidades ao direito de posse sobre a terra dos arrendadores. Como os arrendamentos eólicos duram mais de 100 anos (contados com a renovação automática dos prazos contratuais), na imagem é possível observar que o pai, apesar de proprietário formal da terra, deve subentendido ao filho que a empresa arrendatária é a proprietária de fato do terreno, privando o acesso dele e de terceiros ao local por gerações indeterminadas. Em linguagem simples e clara: o direito de posse das personagens sobre as terras arrendadas... ‘o vento levou’.

ISSN-2526-9879 - FLORIANÓPOLIS/SC

13

REVISTA AVANT - V.6, N.2 - ANO 2022

Charge

O FOLCLORE BRASILEIRO EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Otavio Luiz Vieira Souza*



* Graduando em Psicologia pela Faculdade Brasileira Multivix Vitória. Atualmente atuando na área da Psicologia e com intervenções em análise do comportamento aplicada. Endereço eletrônico: otaviols@hotmail.com

Justificativa: Em tempos de pandemia, o artigo 5º da Constituição de 1988 não está sendo cumprido. Há uma falsa sensação de normalização e que está tudo sobre controle. Pois, como o folclore, trata-se de uma história inexistente para conforto e entretenimento. Em um momento delicado, a transparência e seriedade deveriam ser cumpridas. Assim como os direitos humanos e a constituição.

REVISTA AVANT 14

DESIGUALDADE NATALINA

Odson da Cruz*



* Graduando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fotógrafo, ativista social e estudioso dos direitos humanos. Endereço eletrônico: odsoncruz7@gmail.com

Justificativa: Na foto, um morador de rua está na porta do banco à espera de esmolas, enquanto outras pessoas estão no caixa eletrônico retirando dinheiro. Na imagem, o retrato do que há de mais paradoxo no sistema capitalista; um banco, símbolo máximo do sistema, serve aos seus usuários; e no outro norte, um sem teto: sem comida, sem talão de cheques, sem cartão, e sem crédito. Uma afronta direta ao nosso ordenamento jurídico, que tanto exalta a igualdade, e que traz no seu artigo primeiro da Constituição Federal, a dignidade humana como pilar constituinte do próprio Estado brasileiro.

REFLEXOS DA EDUCAÇÃO PIAUIENSE: DESAFIOS PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Aline Maria Silva Sousa*



* Acadêmica do 5º período do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Extensionista no projeto Humanismo Caboclo do Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária - PIBEU/UESPI. Endereço eletrônico: sousaaline@gmail.com

Justificativa: Greve dos profissionais da educação municipal de Teresina (Piauí), no dia 10 de março de 2020. À direita, professores e representantes sindicais com cartazes, momentos antes de ocupar a Câmara do Municipal da capital. À esquerda, o vereador conhecido como "Joaquim do Arroz", em um misto de confusão e espanto. A ocupação durou cinco dias (12/03/2020 - 17-03-2020). Os professores exigiam o reajuste salarial de 12,84%, não parcelado, garantido pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Nos dias citados, a Prefeitura e o Legislativo tentavam aprovar um projeto de parcelamento da dívida com os profissionais. Com as manifestações e a ocupação, o projeto não seguiu adiante. O registro é sobre a luta, dor e resistência de centenas de educadores contra a precarização dos seus trabalhos na educação pública piauiense.



Categorias

Comunicação



- Comunicações de **Práticas de Pesquisa**;
- Comunicações de **Práticas de Extensão**;
- Exposições de Práticas realizadas em **Núcleos de Prática Jurídica**.



Figura 1: Arte da publicação de abertura

2. SOBRE O GRUPO

O LITERAR - Grupo de Estudos em Direito e Literatura é uma atividade de extensão fundada pela iniciativa dos estudantes de Graduação em Direito (Sacha Danielski da Silva e Rafael Caus Smentkoski) e coordenada pela Profa. Luana Renosto Heinen, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. O grupo é voltado para os estudos no campo do Direito e Literatura e pretende incentivar um espaço crítico de debate e pesquisa, construindo conhecimento por meio do estudo interdisciplinar de obras fundamentais ao entendimento humanístico das questões jurídicas atuais.

3. O PROJETO

A Exposição Artística foi o resultado de uma jornada de construção de conhecimento e crítica à realidade circundante, realizada em três etapas distintas: reuniões de debate da obra literária selecionada; oficina de montagem artística e construção textual; e, por fim, as publicações da exposição on-line.

Entre os meses de abril e março de 2020 o Literar realizou reuniões on-line em que foi exposto e debatido o livro "1984" de George Orwell. O grupo, que é muito recente e tem buscado se consolidar a cada novo projeto, teve a alegria e a satisfação de contar com a participação de estudantes de vários lugares do país. Ao todo, foram feitos quatro encontros tratando das narrativas distópicas, do livro e, é claro, dos paralelos possíveis com a realidade atual. A Pandemia ascendeu ainda mais os debates sobre vigilância, controle da realidade, fake news etc, tornando-o, assim, mais interes-

FAZENDO EXTENSÃO ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO MEDIAÇÃO POPULAR E ORIENTAÇÃO SOBRE DIREITOS DA UEFS

Honodi Araujo Silva Filho*
Marianna Souza Oliveira**
Victória Gabriela Brito Salgado***

A presente comunicação tem como escopo apresentar, de modo sumário, à comunidade acadêmica a atuação, no contexto da pandemia da COVID-19, do Projeto de Extensão "Mediação Popular e Orientação sobre Direitos", vinculado à Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, Brasil.

Fundado em 2010, através da Resolução 198/2010 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), o Projeto atualmente é coordenado pelas professoras Liliane Nunes Mendes Lopes e Vanessa Mascarenhas Lima, tendo também a colaboração da professora Hilda Ledoux Vargas, e conta com a participação de dez estudantes extensionistas, sendo três destes bolsistas pela PROEX, além de duas Mediadoras populares residentes da comunidade na qual o Projeto atua.

Partindo da constatação de que há um significativo abismo entre as normas legais referentes aos direitos e a realidade da maioria da população brasileira, o Projeto em foco tem como objetivo oferecer à população serviços de orientação de direitos e mediação de conflitos, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento da autonomia das comunidades, da plena cidadania e da construção da cultura de paz.

Com o início da pandemia da COVID-19, a atuação principal do projeto, que se dava através do atendimento à população feirense em Escritório Popular localizado

*Estudante de Direito do 9º semestre da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Extensionista do Projeto Mediação Popular e Orientação sobre Direitos. E-mail: honodifilho@hotmail.com.

**Estudante de Direito do 7º semestre da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Extensionista do Projeto Mediação Popular e Orientação sobre Direitos. E-mail: souza.marianna06@gmail.com.

***Estudante de Direito do 8º semestre da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Extensionista do Projeto Mediação Popular e Orientação sobre Direitos. E-mail: vic_toriagabriela@hotmail.com.



Categorias

Acadêmica



- Resumo informativo
- Resumo crítico
- Resumo de monografia
- Resumo crítico de livro acadêmico
- Artigo Científico
- Estudo de Caso
- Crítica à jurisprudência

Resumo Informativo

- Deve informar ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que possa dispensar a consulta ao original.
- Deve ser a modalidade adotada para os resumos de monografia.
- Os resumos informativos de monografias apenas podem ser submetidos pelos autores da monografia em questão.

- O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões da monografia;
- Deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas, e não de enumeração de tópicos;
- Deve ser escrito na voz ativa e na terceira pessoa do singular;
- Deve possuir:
 - a) Título do trabalho;
 - b) Nome do autor;
 - c) Referência da obra;
 - d) Corpo do texto;
 - e) Palavras-chave.

O PROJETO DE LEI Nº 3799/2019 E A INFLUÊNCIA DA ERA TECNOLÓGICA PARA TESTAMENTO PARTICULAR GRAVADO EM SISTEMA AUDIOVISUAL

Maria Luisa Machado Porath*

PORATH, Maria Luisa Machado. *O Projeto de Lei nº 3799/2019 e a influência da era tecnológica para testamento particular gravado em sistema audiovisual*. Orientadora: Renata Raupp. Coorientadora: Laísa Santos da Silva. 2021. 83 p. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223777>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Este trabalho tem por objetivo investigar se o testamento particular gravado em sistema audiovisual pode trazer benefícios ao direito sucessório e à sociedade a ponto de justificar uma reformulação na Seção IV do Capítulo III no Livro de Sucessões do Código Civil de 2002. A relevância da pesquisa se traduz no fato de que o assunto é inovador e necessário, uma vez que não há como negar o impacto tecnológico no meio jurídico; principalmente com a pandemia da COVID-19. Com a finalidade de se alcançar o objetivo principal, o trabalho tem os seguintes objetivos específicos: conceituar testamento em geral, as suas formas, a sua validade e as suas especificidades, a fim de melhor elucidação dos termos jurídicos; comparar o testamento particular do Código Civil vigente com o disposto no Código Civil de 1916, com o propósito de identificar as alterações trazidas e de compreender se foram significativas para a evolução do direito sucessório; investigar uma parte do Projeto de Lei nº 3.799/19, idealizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), que aborda o uso de meio audiovisual no testamento particular, no intuito de verificar a necessidade de atualização testamentária para o contexto de uma sociedade tecnológica; relatar julgados referentes ao testamento particular, com a finalidade de investigar se há certa flexibilização das formalidades constantes no Código Civil, com a incorporação tecnológica, ainda que de forma ínfima; e identificar pontos negativos e positivos da feita do testamento particular por meio de

*Bacharelada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciada e Bacharela em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC – 2015). E-mail: malu.mporath@gmail.com.

audiovisual. Dito isso, o primeiro capítulo aborda o motivo do testamento ser considerado um tabu, o seu conceito, as suas formas, a sua validade e as suas especificidades, além de entender o que é capacidade de testar e de adquirir testamento. O segundo capítulo se dedica ao testamento particular propriamente dito: examina seus requisitos, suas formalidades e seu processo de confirmação em juízo, além de realizar uma comparação entre o testamento particular do Código Civil vigente e o do Código Civil de 1916. O último capítulo trata do impulso da tecnologia no direito sucessório e seus reflexos no testamento particular. Em função disso, explana sobre os três últimos objetivos específicos. Após esse estudo, o trabalho entende que o testamento particular em vídeo pode trazer benefícios ao direito sucessório e à sociedade a ponto de justificar a reformulação na seção que trata do testamento particular.

Palavras-chave: Direito das Sucessões. Sucessão Testamentária. Testamento particular. Testamento em vídeo. Testamento audiovisual.



- Resumo redigido com análise crítica de um documento;
- Também chamado de **resenha**;
- É a modalidade adotada para os resumos críticos de livros acadêmicos e resumos de livros literários e de filmes;
- Deve possuir:
 - a) Título do trabalho;
 - b) Nome do autor;
 - c) Referência da obra;
 - d) Corpo do texto;
 - e) Referências bibliográficas.

Resumo de Livro Acadêmico

- Deve apresentar uma síntese do conteúdo da obra analisada, contendo as principais ideias, a forma como o conteúdo foi tratado e uma apreciação crítica.



RESUMO DE
LIVRO ACADÊMICO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO: O FANTASMA NA MÁQUINA¹

Ruan Ricardo Bernardo Teodoro*
Deyvid Richard Aparecido Morais**

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; SILVA, Roberta Zumblick Martins da. *Inteligência artificial e direito*. 1. ed. Curitiba: Alteridade Editora, 2019.

A revolução tecnológica das últimas décadas marcou de maneira irreversível a vida em sociedade, afetando as mais diversas esferas do cotidiano, a exemplo do trabalho, da família, da política, do lazer e, sobretudo, do direito. Nessa última esfera, a tecnologia tem ganhado mais espaço a cada ano, de modo que 44 tribunais brasileiros, além do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já empregaram, em suas atividades, programas de inteligência artificial (PORTAL FGV, 2022).

Diante desse contexto inédito, apresenta-se ao operador do direito a necessidade de compreender e familiarizar-se com conceitos e termos até então alheios ao direito, quais sejam, inteligência artificial (IA), *machine learning* ("aprendizado de máquina"), algoritmo, entre outros. Por essa razão, o presente texto tem por escopo demonstrar a relevância do assunto para o direito e quem o opera, além de

¹ O "fantasma na máquina" é uma metáfora utilizada em filosofia. O filósofo Gilbert Ryle descreve a mente enquanto um "fantasma na máquina", apontando para a ilogicidade da ideia, defendida pelos pensadores de concepção dualista, da separação mente-corpo. O filósofo, nesse sentido, fazia referência de maneira especial ao dualismo cartesiano.

*Graduando do 3º período do curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0923581803226795>. E-mail: ruanricardoteodoro@gmail.com.

**Graduando do 3º período do curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7046280054950778>. E-mail: oldeyvid@gmail.com.

Justificativa: tendo-se que a inteligência artificial é uma tecnologia em construção, atraindo o interesse de muitos pesquisadores, inclusive de aplicadores do direito, faz-se, portanto, necessária que uma discussão a respeito dos fundamentos e das possíveis aplicações ao direito seja realizada – uma vez que, caso a promessa da tecnologia torne-se realidade, o direito, aliado à inteligência artificial, ganhará em grande proporção.

Artigo Científico

- Publicação de autoria declarada que apresenta e discute ideias, métodos, temáticas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento;
- É basicamente o resultado da sua pesquisa que busca a resposta de um problema que nós mesmos desenvolvemos;
- Deve possuir:
 - a) Títulos em português e inglês;
 - b) Autores;
 - c) Resumos em português e inglês + palavras-chave e *keywords*;
 - d) Introdução;
 - e) Corpo do texto (desenvolvimento);
 - f) Considerações finais;
 - g) Referências bibliográficas.

- **Imparcialidade.** Você pode ter um marco teórico, mas é importante se analisar de forma imparcial para garantir a seriedade científica.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS QUE VERSEM SOBRE DIREITOS REPRODUTIVOS

WOMEN'S PARTICIPATION IN EXTRAJUDICIAL METHODS ABOUT REPRODUCTIVE RIGHTS

Beatriz Rocha Teixeira*

Resumo: A violação aos direitos reprodutivos das mulheres é um problema estrutural que requer o uso de métodos que privilegiem o diálogo. Para tal, os métodos extrajudiciais para tutelas coletivas apresentam-se como uma oportunidade de buscar soluções com espaço para a participação do grupo. A discussão sobre a legitimidade extraordinária e a participação pode ser lida sob outra ótica, que inclui a complementaridade ao invés do tratamento dicotômico. Assim, propõe-se a participação da coletividade no uso desses métodos a partir da observação de casos reais.

Palavras-chave: Participação. Métodos extrajudiciais. Direitos reprodutivos. Processo estrutural.

Abstract: The violation of women's reproductive rights is a structural problem that requires the use of methods that privilege the dialogue. Therefore, the extrajudicial methods for collective custody present themselves as an opportunity to find solutions with scope for the group's participation. The discussion about the extraordinary legitimacy and participation can be seen under another perspective, which includes complementarity instead of the dichotomic treatment. Thereby, this paper proposes the participation of the collectivity in the use of those methods based on the observation of real cases.

Keywords: Participation. Extrajudicial methods. Reproductive rights. Structural process.

*Graduada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Participante da 3ª edição do Afilhada(o) Acadêmica(o), programa do Projeto Mulheres no Processo do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), integrante do Grupo de Pesquisa Diálogos, certificado pela UFRJ, na linha de pesquisa Epistemologias feministas e direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito Processual e Democracia da UERJ. E-mail: beatrizrochatx@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Pensar em direitos reprodutivos sob a luz da tutela coletiva é o ponto de partida desse trabalho. E mais além: observar a utilização dos métodos extrajudiciais na busca de soluções para problemas estruturais como as violações aos direitos reprodutivos.

A discussão proposta visa analisar exemplos da utilização de métodos extrajudiciais, em especial o uso de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e PA (Procedimento Administrativo), para intervir em violações de direitos que impactam mulheres pensando qual lugar a participação pode ocupar no decorrer da construção da solução.

Além do método de procedimento revisão bibliográfico, o artigo traz apontamentos, que visam acrescentar a discussão, sobre aspectos do caso Janaina e do Relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da laqueadura. Por fim, a exposição sobre o TAC proposto pela Defensoria Pública de São José dos Campos para solucionar a violência obstétrica no Município e o Procedimento administrativo instaurado pelo MPRJ (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) a fim de implementar protocolo para atenção em saúde das gestantes no sistema prisional.

Para tal, o trabalho foi dividido em três tópicos centrais: um de premissas necessárias para esse trabalho, um para pensarmos com atenção sobre como os direitos reprodutivos atravessam a questão de gênero e o que ela pode significar, e, por fim, um tópico para analisar a importância da participação.

Logo, a hipótese do trabalho é analisar os métodos extrajudiciais como possíveis instrumentos de potência do diálogo e promoção da participação, em busca da construção de soluções, sem violar a legitimidade extraordinária promovida pelo sistema de processo coletivo brasileiro. Assim, o artigo propõe-se a discutir, nesse cenário, a importância e a viabilidade de introduzir a participação das mulheres na celebração desses acordos extrajudiciais.

2. PREMISSAS NECESSÁRIAS: TUTELA COLETIVA, MÉTODOS EXTRAJUDICIAIS E PROCESSO ESTRUTURAL

A ação coletiva é aquela em que se pretende discutir um direito coletivo, por meio de um legitimado autônomo, a fim de obter a tutela jurisdicional que atingirá um grupo (DIDIER; ZANETI, 2020, p.36). Diante disso, o processo coletivo seria o



Estudo de Caso

- Tenha por objetivo a análise de aspectos jurídicos de julgado ou precedente de Tribunal, Corte ou Corpo de Julgadores, podendo ter origem nacional ou internacional, ou, ainda, de controvérsia não contenciosa.
- A estrutura dos estudos de caso deve observar, no que couber, as disposições de composição do artigo científico apresentadas no tópico anterior, devendo ser respeitadas as individualidades de cada modalidade acadêmica.

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO CRIMINAL DE OJ SIMPSON À LUZ DO ORDENAMENTO BRASILEIRO

*THE IMPORTANCE OF PRESERVING THE CHAIN OF CUSTODY:
AN ANALYSIS OF OJ SIMPSON'S CRIMINAL PROCEDURE IN
LIGHT OF THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM*

*Eduarda Duarte Ferreira**

Resumo: O objetivo do presente estudo é analisar o processo criminal que desencadeou a decisão absoluta proferida em 1995, pelo júri do Corte Superior da Califórnia, em Los Angeles, no julgamento do ex-ator e ex-jogador de futebol americano Orenthal "OJ" Simpson. Para tanto, a pesquisa busca questionar se a preservação da cadeia de custódia das provas influencia diretamente na construção do veredito final de uma decisão criminal. Faz-se uma análise sistematizada dos principais aspectos do caso concreto, compreendendo uma introdução ao conflito sobre as partes, alguns fatos preféritos relevantes ao caso, a história processual da lide, os argumentos utilizados pelas partes e os fundamentos utilizados na decisão do júri. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar o caso a partir do conceito de cadeia de custódia inserido pela Lei n. 13.964/2019 na legislação brasileira, no que concerne à importância de preservação da cena do crime, a fim de manter a integridade da cadeia de custódia das provas; sobretudo, analisando o impacto de sua violação para a contaminação do conjunto probatório e para a eventual condenação ou absolvição. Dessa forma, denota-se que diante do desrespeito aos procedimentos da cadeia de custódia, a persecução criminal não segue um curso linear e consistente, de modo que impossível conferir certeza à condenação de um indivíduo frente ao caráter duvidoso gerado pela não preservação de provas essenciais à construção da consciência dos julgadores. Para que os resultados fossem alcançados, produziu-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa descritiva, a partir do estudo de caso.

Palavras-chave: Cadeia de custódia. Provas. OJ Simpson. Cena do crime. Processo Penal.

*Graduanda da 7ª fase do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9472156344892927>. E-mail: duferreira2000@gmail.com.

Crítica à Jurisprudência

- Traz breve discussão sobre a(s) decisão(ões) e transcrição dos principais pontos;
- Tem por objetivo expor e fazer breves considerações sobre julgados ou precedentes atuais e relevantes de Tribunais Nacionais.
- Deve possuir:
 - a) Título do trabalho;
 - b) Nome do autor;
 - c) Discussão;
 - d) Referências.



A HETEROIDENTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO OBJETIVO CONSTITUCIONAL DAS SUBCOTAS RACIAIS: ANÁLISE DE ANULAÇÕES DE DECISÕES DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

*Arthur Procópio Barbosa dos Santos**

INTRODUÇÃO

As Leis 12.711/2012 e 12.990/2014 instituíram respectivamente as subcotas raciais, no âmbito da entrada no ensino superior quando da proveniência do aluno de escola pública e as cotas raciais no âmbito dos concursos públicos federais. Nesse sentido, passou-se a realizar o procedimento administrativo denominado heteroidentificação ou heteroatribuição, que consiste na convalidação da autodeclaração racial realizada pelo candidato.

Em relação à heteroidentificação, o procedimento foi objeto de discussão pelo Supremo Tribunal Federal em 2012, na ADPF 186, bem como na ADC 41 em 2017. Na primeira, o tribunal analisou tanto a constitucionalidade das cotas – que, à época ainda não havia se tornado política pública por meio de lei federal – quanto a constitucionalidade do procedimento de heteroidentificação, no âmbito do ingresso no ensino superior. Na época, o tribunal, por unanimidade, reconheceu a constitucionalidade de ambos.

Em 2017, ambos os questionamentos – a cota e a heteroidentificação voltam à discussão da corte suprema, com a diferença de que o contexto era direcionado aos concursos públicos federais. Logicamente, por coerência do próprio entendimento já desenhado pela corte, entendeu-se, novamente, pela constitucionalidade de ambos.

Apesar disso, mesmo após o reiterado entendimento do STF, pode-se encontrar decisões que vão de encontro à superação do tema pela suprema corte. Foram

*Graduando em Direito pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).
E-mail: arthur.santos1@estudante.ufla.br

Normas gerais de submissão - Edital atual (V. 7, N. 1)

- O envio de trabalhos é restrito a estudantes regularmente matriculados em cursos de Graduação, provenientes de quaisquer cursos, e **a egressos que não possuam títulos de pós-graduação, nem vínculo com quaisquer programas e/ou cursos de pós-graduação na data de submissão do trabalho.**
- Tal restrição não se aplica aos trabalhos culturais.
- Não há restrição para o número de coautores das submissões.
- TEMA: Os trabalhos devem apresentar uma temática que se relacione com o Direito, mas que não necessariamente se restrinja a ele, podendo o autor, deste modo, **realizar diálogos com outras disciplinas.**

Encaminhamento dos Trabalhos

Os trabalhos deverão ser enviados entre os dias 06 de janeiro de 2023 e 26 de fevereiro de 2023, às 23h59min, em arquivo anexo, para o endereço eletrônico <envio.revistaavant@gmail.com>. Este prazo está sujeito a prorrogação, de acordo com deliberação do Corpo Editorial.

Composição do e-mail:

O assunto do e-mail deverá obedecer a seguinte forma: **[modalidade de trabalho] - nome do autor**. No corpo do e-mail deverão constar as seguintes informações:

- Nome completo do autor;
- Título do trabalho;
- Área(s) específica(s) do Direito, se houver(em);
- Universidade, curso e período em que o autor está matriculado;
- Endereço eletrônico e telefone;
- Órgão de fomento e orientador do trabalho, nos casos em que se aplica.

Encaminhamento dos Trabalhos

- **Termo de Ineditismo:** artigos, estudos de caso e críticas à jurisprudência. Em caso de coautoria, cada autor deve apresentar seu respectivo termo devidamente assinado, assim como em casos de autores que submetam mais de um trabalho, devem ser enviados termos para cada um dos trabalhos.
- Modelo no site: <https://revistaavant.paginas.ufsc.br/>
- **Para trabalhos da categoria cultural:** Deve constar, em nota de rodapé, o currículo do autor, o qual deve abranger o endereço de e-mail e o currículo lattes, bem como uma breve descrição acerca da obra, de no máximo 1 (um) parágrafo, apresentando os elementos subjetivos e/ou objetivos da obra e esclarecendo a relação do trabalho submetido com a área jurídica, no formato de nota explicativa de rodapé. Esta descrição servirá como critério de avaliação pelo Corpo Editorial.

Um prócer e seus esbirros
togados: senhores das leis.
Questões que pululam
num verter constante.

As resmas espalhadas
Teses entrecruzadas
por vida, morte e dor
profunda, engrolada.

Da sentença, o carpir
por diante o que foi-se.
As alcovas do futuro:
bastilha, jazigo e alma.

*Graduando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9016028101476085>. E-mail: csplonertv@gmail.com.

Justificativa: Trata-se de uma tentativa de descrever o micro zeitgeist que estabelece-se em um tribunal do júri. A inspiração para a criação desta obra surgiu de assistir os mais de dez dias de transmissão do caso da Boate Kiss, bem como dos três júris realizados sobre o caso Ronel Jr., espalhados por sete dias, diversos meses, depoimentos e dores profundas de pais que perderam filhos, colegas de trabalho que viram outros asfixiarem, sequelas que marcam indelevelmente a pele e a mente de muitas pessoas diuturnamente por todo o país.

Termo de Responsabilidade – Declaração de Ineditismo

Eu.....
....., (nacionalidade)....., RG n....., CPF n.
....., (ou passaporte) residente e domiciliado na
....., na cidade de
....., Estado País
....., com telefone para contato
e endereço eletrônico (e-mail) declaro
que o trabalho submetido a Revista Avant, com o título
....., para publicação é de minha autoria e
certifico que o mesmo não foi publicado em outros meios de divulgação,
configurando-se o seu ineditismo.

Certifico, também, que o trabalho não foi e nem será submetido a outro
periódico enquanto não obtiver resposta da Revista Avant aceitando ou rejeitando
a sua publicação.

Florianópolis (SC), ____ de _____ de 20__.

Encaminhamento dos Trabalhos

- **Confirmação de recebimento do e-mail:** até dia 06/03 (quando se inicia o fluxo editorial); Caso a Revista não entre em contato acusando o recebimento do e-mail até a data cabe ao autor confirmar novamente o recebimento;
- **Nome do arquivo:** [modalidade de trabalho] - nome do autor.
- **Tipo de arquivo:** .DOC e .DOCX / não são aceitos: PDF, .ODT ou outros formatos. / para imagens/tabelas/gráficos que integrem o trabalho: devem ser anexadas no e-mail separadamente, no seu formato original nas extensões JPG, TIFF ou EPS e em boa qualidade.
- **Idioma:** Apenas serão aceitos trabalhos escritos em português.
- **Limites de submissão:** Os autores poderão submeter apenas 1 (um) trabalho de cada modalidade. Apenas serão aceitos dois trabalhos do mesmo autor na mesma modalidade caso um deles tenha sido escrito em coautoria.

Formatação dos Trabalhos e Cessão de Direitos Autorais

- Todos os trabalhos deverão obedecer às normas de formatação respectivas à modalidade em que se enquadra o trabalho. Tais normas estão disponíveis nos apêndices do edital e são de **observância obrigatória**, sob pena de o trabalho não ser aceito.
- Modelo de artigo no site;
- Mais informações a respeito de normas de formatação para cada modalidade de envio e modelo de artigo podem ser encontradas por meio do link: <https://revistaavant.paginas.ufsc.br/normas-de-formatacao/>
- As modalidades de envio que não contam com normas específicas de formatação nos apêndices deste edital **podem ser submetidas de forma livre**.
- **Cessão de Direitos Autorais:** No ato de submissão do trabalho, o autor cede à Revista Avant todos os direitos autorais de publicação e reprodução referentes aos trabalhos, não cabendo ao autor nenhuma remuneração a título de direito autoral. Na eventual recusa do trabalho para publicação pelo Corpo Editorial, os direitos autorais voltam à titularidade do autor.



Critérios de Avaliação Artigos e Estudos de Caso

- Relevância do tema para o estudo do Direito;
- Ineditismo do trabalho enviado;
- Pertinência do título e adequação ao escrito;
- Indicação de problema;
- Clareza do objeto de estudo e dos objetivos;
- Consistência teórica do trabalho: utilização de marco teórico e articulação correta de citações;
- Metodologia utilizada: indicação de método e correspondência com possíveis resultados;
- Correlação dos dados e resultados: existência de conclusão correlacionada com o problema e os objetivos propostos;
- Conclusão que responda adequadamente à problematização apresentada;
- Estruturação do trabalho adequada à proposta;
- Qualidade da redação: organização coerente e coesa do texto;
- Respeito às normas da linguagem culta.

Processo e Critérios de Avaliação de Resumos e Críticas à Jurisprudência

Processo de avaliação: segue o mesmo processo de avaliação dos artigos e estudos de caso;

Critérios de avaliação dos resumos e críticas à jurisprudência:

- Relevância do tema para o estudo do Direito;
- Pertinência do título e adequação ao escrito;
- Clareza do objeto de estudo e dos objetivos;
- Qualidade da redação: organização coerente e coesa do texto;
- Respeito às normas da linguagem culta;

Procedimento de avaliação das demais modalidades: avaliadas pelos membros do Corpo Editorial.

Desclassificação: É de responsabilidade do autor manter comunicação com a Revista Avant ao longo de todos os meses que precedem a publicação da edição, devendo responder aos e-mails enviados dentro do prazo que é concedido, sob pena de desclassificação de seu trabalho.

Disposições Finais

- Caso não sejam atendidos os requisitos formais deste edital, o trabalho será rejeitado.
- Findo o prazo e persistindo o trabalho em vício formal que impossibilite a sua aceitação, o trabalho será recusado definitivamente.
- O Corpo Editorial se reserva o direito de indeferir a publicação de trabalhos de **cunho ofensivo ou discriminatório**.
- Caso o Corpo Editorial julgue que o trabalho submetido se adequa melhor a uma modalidade diversa da que foi indicada pelo autor, poderá categorizá-lo como julgar adequado, cabendo aos editores informar o autor sobre a modificação.
- Caso o trabalho não se adequa a nenhuma modalidade de envio, será sumariamente rejeitado.
- Caso o número de trabalhos aprovados exceda o limite previsto para a presente edição, faculta-se ao Corpo Editorial a publicação de duas edições.
- Considerando a possibilidade de publicação de duas edições, caso o autor venha a sofrer algum prejuízo em decorrência de ter seu trabalho publicado apenas na edição posterior – por exemplo, na hipótese de ser bolsista ou de estar finalizando o curso –, cabe ao autor inserir uma justificativa no corpo do e-mail de submissão, a qual será analisada pelo Corpo Editorial da Revista Avant.
- Quaisquer lacunas do Edital serão julgadas pelo Corpo Editorial.

Ferramentas

Bases de dados

- São repositórios que armazenam uma grande quantidade de informação (podem ser de imagens, periódicos, fontes documentais, etc). No contexto acadêmico, as bases de dados, em regra, consistem em plataformas nas quais são disponibilizadas diversas produções científicas, simplificando as buscas dos pesquisadores, que podem concentrá-las nas bases de dados ao invés de ter que pesquisar cada artigo/periódico/fonte individualmente.
- **Portal da Biblioteca Universitária da UFSC** (<http://portal.bu.ufsc.br/>): conta com diversas funcionalidades, sendo que algumas delas são acessíveis, também, a quem não é aluno da instituição, como é o caso do Repositório Institucional da UFSC e os tutoriais de normalização de trabalhos acadêmicos.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234336>



[Início](#)

[Consulte o acervo](#)

[Cursos](#)

[Serviços](#)

[Normas e
Procedimentos](#)

[Aquisição e doação](#)

[Conheça a BU](#)

[Bibliotecas do sistema](#)

EM DESTAQUE

[Horários e Endereços](#)

[More – Mecanismo
Online para
Referências](#)

[Eventos BU](#)



Assunto: Repositório Institucional da UFSC

Repositório Institucional da UFSC ocupa 3ª posição entre os repositórios brasileiros no Ranking Web of Repositories

22/06/2021 17:57



Foi publicado em maio, a 11ª edição do Transparent Ranking: Institutional Repositories by Google Scholar, no qual o Repositório Institucional da UFSC (RI/UFSC) configura no 3º lugar entre os repositórios brasileiros e na 12ª colocação mundial na categoria de repositórios institucionais.

O Ranking Web of World Repositories é organizado pelo Cybermetrics Lab, grupo de pesquisa do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) da Espanha. Esse Ranking tem o objetivo de apoiar as iniciativas de acesso aberto e gratuito às publicações científicas e acadêmicas em formato digital, os indicadores da web aplicados consideram o número de registros indexados no Google Scholar e medem a visibilidade global e o impacto dos repositórios.

O **Repositório Institucional da UFSC** é administrado pela Biblioteca Universitária (BU) e mantido pela Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC). O RI/UFSC visa ampliar e facilitar o acesso aberto à produção científica e institucional da UFSC de forma abrangente à comunidade universitária e sociedade em geral. Contém cerca de 80 mil documentos, entre monografias, teses, dissertações, livros, vídeos, fotos e outros itens.

Bases de dados

- **Google Acadêmico e refseek:** oferecem a possibilidade de filtrar os resultados de buscas a base de dados acadêmicos e publicações científicas, mostrando diversos tipos de obras. Possuem filtros de busca como o nome do autor, obra, ou do lugar em que foi publicado, contribuindo para bons resultados.
- **Portal de Periódicos da Capes:** metabuscador que disponibiliza a pesquisa dentro de 150 bases de dados, contando com mais de 37.000 títulos de revistas acadêmicas disponíveis para consulta em texto completo. Além disso, dispõe de mais de 250.000 documentos entre capítulos de livros eletrônicos, relatórios e outros tipos de publicações não seriadas.

Repositórios de acesso livre

- A Revista Avant é uma grande defensora do *Open Knowledge* (Conhecimento Livre) e é por esta razão que o acesso à nossa Revista é gratuito. Acreditamos que o conhecimento deve poder ser adquirido, interpretado e aplicado livremente, ser reformulado de acordo com as nossas necessidades, e compartilhado com os outros em benefício da comunidade.
- Sci-Hub
- Library Genesis (LibGen)
- Z-library
- Scribd

Referências

- **MORE UFSC:** é uma ferramenta da UFSC gratuita e fácil de usar, que produz automaticamente citações no texto e referências no formato ABNT, para quinze (15) tipos de documentos, padronizando as citações de acordo com a norma em vigor da ABNT (NBR 6023/2018).
- Os documentos cobertos pelo mecanismo são os mais usados no meio acadêmico: livros, dicionários, enciclopédias, teses e dissertações, artigos de revistas, artigos de jornais, nos formatos impresso e eletrônico, além dos documentos exclusivos em meio eletrônico: home-page e e-mail.



MUITO OBRIGADA!



revistaavant.paginas.ufsc.br



revistaavant.ufsc@gmail.com



[/revistaavant](https://www.facebook.com/revistaavant)



[@revistaavant](https://www.instagram.com/revistaavant)